



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1572, DE 22 DE JULHO DE 1997.

Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Política de Assentamento - CPA Instituído para assessorar o Governo do Distrito Federal no planejamento, acompanhamento e monitoramento do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT.

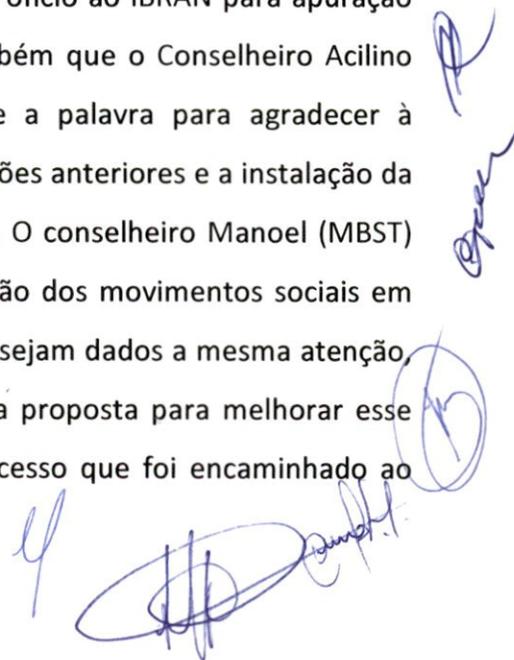
Às quatorze horas do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI, reuniu-se o Conselho de Política de Assentamento- CPA, instituído pela Lei nº 1572, de 22 de julho de 1997, com a presença dos Conselheiros: **Acilino Almeida**, Titular do Poder Executivo e Secretário de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, SERIS-DF; **José Guilherme Tollstadius Leal**, Titular do Poder Executivo e Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimentos e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, SEAGRI-DF; **Hector Carlos Barreto Leal**, Suplente Representante do Poder Executivo e Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da SAF/SEAGRI; **Moisés José Marques**, Titular Representante do Poder Executivo e Diretor de Regularização de Imóveis Rurais da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP; **Ercides Lima De Oliveira Junior**, Titular Representante da Ordem dos Advogados do Brasil; **Manoel Da Conceição Vaz Junior**, Titular Representante do Fórum das Entidades Agrárias e Líder do MBST/ DF; **Francisco Miguel De Lucena**, Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder da FETRAF/DF; **José Adenauer Aragão Lima**, Titular Representante do Poder Legislativo e Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria da Câmara Legislativa do Distrito Federal; **Cláudia Pereira Farinha**, Representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder da FETADFE e **Carlos Magno**, Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias da UNIBRÁS. Como convidados registrou-se a presença de Marcos Rocha, Superintendente do INCRA – SR 28; Viviane Silveira Anjos, Coordenadora de Políticas de Assentamento da SEAGRI-DF; Alexandre Cenci, Subsecretário de Regularização Fundiária da SEAGRI. Registrou-se a ausência de **Maria Lucimar (MST)**, **Antônio Júlio Nogueira da Silva**, Representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder do MATR/DF e **Ivanilde Maria de Jesus**, Representante Titular do Fórum de Entidades Agrárias da UNIBRÁS. Para dar início aos

trabalhos, a reunião foi presidida pelo Conselheiro José Guilherme que destacou a pauta, a saber: 1) Apresentação dos novos membros do Conselho; 2) Informes gerais sobre as áreas solicitadas/apresentadas na 14ª reunião; 3) Demanda dos Insumos para os assentamentos; 4) Estimativa dos valores para a implantação de um Assentamento; 5) Criação do grupo interinstitucional; 6) Apresentação da RB do Assentamento 1º de Julho; 7) Discussão sobre candidatos ao PRAT beneficiados pelo Programa "Morar Bem"; 8) Informes Gerais. Inicialmente o Secretário de Agricultura José Guilherme passou para o primeiro ponto da pauta se apresentando como Conselheiro representante da SEAGRI e pediu a apresentação de todos os presentes. O conselheiro informou a todos dos esforços da SEAGRI para dar continuidade aos trabalhos começados na gestão passada e reforçou o compromisso de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos do DF, no intuito, principalmente, de fortalecer a agricultura familiar. Em seguida, pediu licença para se ausentar em virtude de outras agendas, passando o acompanhamento da reunião para o seu conselheiro suplente Héctor Barreto.

O segundo ponto da pauta foi apresentado pela Coordenadora de Políticas de Assentamentos Viviane Anjos que mostrou um levantamento sobre a quantidade de assentamentos e acampamentos existentes no Distrito Federal, e as áreas que estão em fase de criação, além disso, fez uma breve explicação sobre as áreas solicitadas nas reuniões anteriores. Seguindo a explanação, apresentou uma tabela com 35 áreas que a SEAGRI apoia, dentre elas 16 áreas são assentamentos e 19 são áreas de acampamentos, com um total de 3200 famílias aproximadamente. A coordenadora passou também diversas informações sobre a infraestrutura de alguns assentamentos do DF, que seguem melhor detalhados no anexo I desta ata. Em seguida, a coordenadora passou para um ponto da pauta que é a estimativa de custo para a implantação de um assentamento no Distrito Federal, tendo sido considerados os seguintes custos: energia, água, estradas, aração e gradação, kit insumos e ATER (Assistência técnica e extensão rural), que seguem detalhados em tabela anexa a esta ata (anexo II). O valor geral para um assentado no DF custa em média R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais por família para implantação). Foi informado também, que a secretaria ainda não tem os dados de todos os assentamentos. Dando prosseguimento a pauta, foi informado em qual estágio se encontram as seguintes áreas: a) Deus é nossa força I – FETRAF/DFE - área total de 108,83 ha (40 ha de área útil), o processo da área continha um erro quando enviado à TERRACAP, o mesmo foi corrigido pela SEAGRI, em seguida encaminhado para nova avaliação da TERRACAP, atualmente aguardando resposta. Atendendo ao pedido de celeridade do



conselheiro Francisco Lucena, o conselheiro Hector informou que será feita uma análise e será entregue uma resposta dentro de quinze dias sobre a viabilidade da área; b) Fazenda São Francisco – FETRAF/DFE – (área de 196 ha), foi informado que o processo da área está aguardando resposta da TERRACAP, pois todos os processos de pedido de regularização foram indeferidos. O conselheiro Moisés informou que fará todos os esforços para entregar o parecer desta área dentro de quinze dias ou até a próxima reunião. c) Fazenda Santa Helena – FETRAF/DFE – (área de 105,53 ha), acampamento Anita Garibaldi, o processo encontra-se em avaliação, aguardando parecer da Fiscalização da SEAGRI sobre o contrato de concessão do senhor Gentil Martins, que deve ser encaminhado ao Conselho de Regularização Fundiária (COREG) para uma resposta quanto às alterações no plano de utilização; d) Fazenda Santa Helena – MLT – (área de 174 ha), acampamento Hugo Carvana, na área foi identificado um processo de pedido de regularização em nome de José Cláudio de Lima, atualmente o processo está em análise na Subsecretaria de Regularização Fundiária. Ficou decidido que seria apresentada uma resposta sobre o processo em questão na próxima reunião do CPA; e) Núcleo Rural Pípiripau, Roseli Nunes, Chácara 39 – MST – (área de 253 ha), foi identificado um pedido de regularização em nome de Arnaldo Cunha, o processo encontra-se aguardando resposta da Subsecretaria de Regularização Fundiária e uma resposta será proferida na próxima reunião do CPA; f) Associação das Palmeiras - uma das áreas foi identificada com proprietário particular, e a outra área (cafezal) não foi identificado processo de regularização fundiária. Ficou decidido que a Subsecretaria de Regularização Fundiária daria uma resposta na próxima reunião; g) Área solicitada pelo MLT com total de 1.417 há - denominada fazenda Belo Horizonte. Essa área foi questionada para ser fiscalizada quanto ao uso de agrotóxicos. Na área foi identificado um processo de regularização desde 2010 em nome de José Luis Aborihan Gonçalves. Ficou decidido que a SEAGRI enviará um ofício ao IBRAN para apuração dos questionamentos levantados pelo MLT e foi pedido também que o Conselheiro Acilino investigue também. O conselheiro Francisco Lucena pede a palavra para agradecer à manutenção das políticas de reforma agrária iniciadas em gestões anteriores e a instalação da primeira reunião do Conselho de Políticas de Assentamentos. O conselheiro Manoel (MBST) questionou sobre a morosidade dos processos de regularização dos movimentos sociais em relação aos processos de regularização fundiária comuns, que sejam dados a mesma atenção, pede agilidade. O conselheiro Hector informou que tem uma proposta para melhorar esse questionamento. Respondendo aos questionamentos do processo que foi encaminhado ao



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

COREG, o Subsecretário Alexandre Cenci fazendo o uso da palavra informou que irá buscar um posicionamento assim que for instalada a reunião do COREG. Ficou decidido solicitar ao Secretário de Agricultura solicitar dentro de uma semana a instalação do COREG. Foi levantado um questionamento sobre o andamento do Acampamento Patrícia e Aparecida em relação à questão de água. Foi decidido que a SEAGRI reforçaria o pedido de liberação da ADASA. Manoel (MBST) solicita uma vistoria da Gleba 31, fazenda Sálvia ao Marcão (Superintendente do INCRA) que informou que retomará o caso e fará a vistoria do local. O quinto ponto da pauta foi apresentado pelo Conselheiro Hector Barreto que apresentou a proposta da criação do "Grupo Interinstitucional", com a finalidade de: dar mais agilidade nos procedimentos, de forma a alcançar os objetivos e metas; maior interlocução e interação; fortalecer das Relações institucionais; reduzir os custos e prazos nos trâmites; ter maior transparência nos processos e procedimentos; diminuir a burocracia; ter a melhor aplicação dos recursos públicos. Para a criação do Grupo foi sugerido a participação de um membro dos respectivos órgãos: SEAGRI/DF, EMATER/DF, TERRACAP, NOVACAP, DER, IBRAM, ADASA, CAESB, CEB, SPU e INCRA SR28. O sexto ponto da pauta foi apresentada pela assessora técnica Gleide Célia V. da Silva, apresentou os principais critérios usados no processo de seleção dos candidatos ao programa de reforma agrária, destacando em especial ao § 2º, Art. 6º da Norma de Execução do INCRA (NE) nº 45, que explicita exatamente os critérios eliminatórios. Em seguida foi levantado um questionamento já abordado em reuniões anteriores sobre o impasse entre beneficiar candidatos do PRAT e pessoas recém-beneficiadas pelo Programa Morar bem. O debate foi aberto para buscar uma definição deste quesito. Fazendo o uso da palavra José Mario argumentou que são programa são diferentes, e que tem pessoas aguardando 30 anos para receber uma moradia. Além disso, alegou que os benefícios são um de casa e outra da terra. Sugere que o candidato possa participar dos dois programas, e caso receba a moradia urbana não receba o crédito da casa rural. Cláudia Farinha informa que foi retirado um consenso no Fórum de políticas que um benefício não pode excluir o outro, principalmente porque a casa será comprada, não doada. Em resposta de esclarecimento Marcão informa que no INCRA não tem impedimento de receber a terra, quem tenha casa, mas impede o candidato de receber o crédito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR caso já tenha recebido um benefício habitacional. Esclarece também a importância do assunto em relação à pontuação para a classificação, pois o candidato pode perder pontos de classificação por não manter moradia urbana. Moisés Marques pondera que

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled '15' and a signature that appears to be 'Moisés Marques']

o tema é amplo e que não será possível esgotar a questão nesta reunião, porém considera que o fato de uma família não ter recebido nenhum benefício poderia ser posto em prioridade. Ademais, entende que existem outros argumentos que devem ser considerados, mas em virtude do avançar do horário sugere que os movimentos possam se reunir, o governo também e que seja marcada uma reunião exclusiva para que seja tratado esse tema, de forma a ser retirado o melhor entendimento. Passando para o último ponto da pauta Marcão (INCRA) agradece os esforços de todas as parcerias feitas para o desenvolvimento do processo de reforma agrária no DF e apresenta a lista de Beneficiários do Assentamento 1º de Julho, e firma data de entrega oficial no assentamento para o dia 24 de março às nove horas e convida a estarem presentes todos os órgãos responsáveis pela criação do referido projeto. Nos informes gerais Cláudia Farinha pede retorno das áreas que já estão em andamento. Porém foi sugerida uma reunião extra na própria Subsecretaria para tratar dos assuntos específicos. Para finalizar o conselheiro Hector fazendo o uso da palavra agradece a todos e elogia os esforços de todos os membros envolvidos nas questões dos programas de reforma agrária e encerra a reunião. **Ata segue lavrada pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.**

Conselheiros Presentes:

ACILINO ALMEIDA

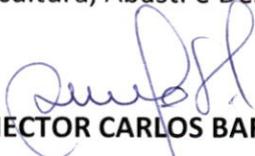
Titular do Poder Executivo e

Secretário de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, SERIS-DF;

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

Titular do Poder Executivo e

Secretário de Estado da Agricultura, Abast. e Des. Rural do Distrito Federal, SEAGRI-DF


HECTOR CARLOS BARRETO LEAL

Suplente Representante do Poder Executivo e

Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da SAF/SEAGRI





MOISÉS JOSÉ MARQUES

Titular Representante do Poder Executivo e
Diretor de Regularização de Imóveis Rurais da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal
– TERRACAP



ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR

Titular Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA

Titular Representante do Poder Legislativo e
Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria da Câmara Legislativa do Distrito Federal



MANOEL DA CONCEIÇÃO VAZ JUNIOR

Titular Representante do Fórum das Entidades Agrárias e Líder do MBST/ DF



FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA

Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder da FETRAF/DF



CLÁUDIA PEREIRA FARINHA

Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder da FETADFE

CARLOS MAGNO

Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias da UNIBRÁS





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1572, DE 22 DE JULHO DE 1997.

ANEXO I

Este anexo refere-se a apresentação realizada na Décima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Política de Assentamento - CPA Instituído para assessorar o Governo do Distrito Federal no planejamento, acompanhamento e monitoramento do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT. Tabela referente às infraestruturas já realizadas nos assentamentos.

NOME	INFRAESTRUTURA				
	Água p/ consumo	Água p/ irrigação	Energia elétrica	Estradas	Habitação
Estrela da Lua					
Camapuã				X	
1º de Julho					
15 de Agosto					X
Santarém					
10 de Junho					
Oziel Alves III	X		X	X	X
Pequeno William	X		X		X
Márcia Cordeiro Leite	X		X		
Três Conquintas	X		X	X	X
Recanto da Conquista	x	x	x	x	X
Sítio Novo	X		X	X	x
Fazenda Larga	X	X	X		X
Córrego dos Coqueiros					
Nova Vitória			x	x	
Zumbi dos Palmares			x		
Chapadinha		X		X	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1572, DE 22 DE JULHO DE 1997.

ANEXO II

Este anexo refere-se a apresentação realizada na Décima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Política de Assentamento - CPA Instituído para assessorar o Governo do Distrito Federal no planejamento, acompanhamento e monitoramento do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT. Segue informações quanto à estimativa de custo para implantação de um assentamento no distrito federal.

Implantação de rede de distribuição de energia elétrica da CEB em assentamentos rurais

Assentamentos	Nº de famílias	Valor da obra	Valor da obra por família
Pequeno William	21	R\$ 77.401,33	R\$ 3.685,78
Oziel Alves III	168	R\$ 743.599,47	R\$ 4.426,19
Márcia Cordeiro Leite	64	R\$ 337.234,91	R\$ 5.269,30
TOTAL	253	R\$ 1.158.235,71	R\$ 4.578,01

Implantação de rede de distribuição de água potável da CAESB em assentamentos rurais

Assentamentos	Nº de famílias	Valor da obra	Valor da obra por família
Pequeno William	21	R\$ 405.139,45	R\$ 19.292,35
Oziel Alves III	168	1.024.918,32	R\$ 6.100,70
Márcia Cordeiro Leite	64	697.377,02	R\$ 10.896,52
TOTAL	253	R\$ 2.127.434,79	R\$ 8.408,83

Assentamentos	Nº de famílias	Valor da implantação da energia	Valor da implantação da energia/família	Valor aração/Gradagem Terraço/limpeza	Valor aração/Gradagem Terraço/limpeza Família	KIT insumos
15 DE AGOSTO	54	R\$ 360.275,39	R\$ 6.671,77	R\$ 44.820,00	R\$ 830,00	14.563,80
RENASCER	60	R\$ 352.122,89	R\$ 5.868,71	R\$ 2.700,00	R\$ 45,00	16.182,00
1º DE JULHO	60	R\$ 447.252,17	R\$ 7.454,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16.182,00
NOVA CAMAPUÃ	19	R\$ 148.676,78	R\$ 7.825,09	R\$ 41.795,00	R\$ 2.199,74	5.124,30
TOTAL	193	R\$ 1.308.327,23	R\$ 6.778,90	R\$ 89.315,00	R\$ 462,77	52.052,10